

TAVARES, Maria, PORTAS, Nuno, FERNANDES, José Manuel, **“Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência”**. In PORTAS, Nuno (coord.) *Habituação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, CML, IHRU, Lisboa, 2013, p. 158.

Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência

A entrevista realizada a Nuno Teotónio Pereira em sua casa, no Bairro de São Miguel, na freguesia de Alvalade, em Lisboa, em dois dias – 20 e 30 de Julho de 2010 -, foi conduzida, respectivamente, por Nuno Portas e José Manuel Fernandes, e por Maria Tavares.

O resultado final, que aqui se apresenta, tem por base a linha condutora de Maria Tavares, que realiza esta entrevista no âmbito do seu processo de doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sobre as “Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (1946-1972)”, inserido no projecto de investigação *Mapa da Habitação: Programas Habitacionais no Século XX Português*, do Grupo *Atlas da Casa* (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo/FCT).

*

Maria Tavares (MT): O debate da produção de habitação em Portugal, não pode deixar de referenciar a importância e o peso que as «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência (HE) tiveram ao longo de vinte seis anos. Foi através deste movimento pioneiro que tomou contacto com a habitação social?

Sim, digamos que sim, no final da década de quarenta. Mas primeiro, pouco tempo antes e ainda como estudante, fui contratado pela Câmara de Lisboa (CML), para trabalhar nas obras no Bairro de Alvalade. Havia tão poucos arquitectos naquela altura. Fui com o meu colega Costa Martins, não para fazer projecto, mas para fazer assistência técnica, acompanhar a obra, sob a direcção do Eng.º Guimarães Lobato, e para assessorar o arquitecto-chefe, o Miguel Jacobetty.

MT: Miguel Jacobetty que faz os projectos das duas primeiras células...

...construídas totalmente com fundos da Previdência [HE]. Foi a rampa de lançamento da Previdência¹.

¹ Cf. referenciado no seu texto “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”. *Escritos (1946-1996, selecção)*. Porto: FAUP publicações, 1996, pp. 204-211.

MT: E que Miguel Jacobetty apresenta no Congresso de 1948² como forma de contribuir para a resolução do problema da habitação. Interessa-me como foi metodologicamente usado esse sistema do projecto/processo tipo no caso de Alvalade.

Sim, o projecto-tipo. Depois surgiram uns desenhados pelo Justino [Moraes], enquanto funcionário da Previdência [HE], que se aplicaram em várias cidades. Eu era completamente contra este princípio.

MT: Relativamente à experiência de Alvalade, há uma série de novidades que são introduzidas... questões inovadoras ao nível da construção. Isso foi importante depois para as restantes experiências e projectos no âmbito das HE?

Quem teve muita importância nesse campo, foi o Eng.º Guimarães Lobato, na utilização de novos materiais e de novas técnicas de construção. Ele foi a Inglaterra várias vezes, estava a ocorrer o período de reconstrução do pós-guerra, e uma das coisas que trouxe por exemplo, foi o fabrico de blocos de betão, chamado betão sem finos. Foi uma coisa que nunca mais ouvi falar. Era um betão mais compacto, daquele que normalmente se usa, e, ao mesmo tempo permeável. Já não me lembro bem das vantagens todas, mas foi uma novidade que trouxe de Inglaterra. E o bairro de Alvalade foi todo feito com esses blocos sem finos.

Outro aspecto importante, foram as experiências de pré-fabricação. Um processo também conduzido pelo Guimarães Lobato. Contemplou-se a pré-fabricação dos vãos das janelas e das portas. As cantarias eram feitas em betão moldado, e havia uma casa especializada nisso (que ainda existe, acho), e que produzia esses elementos pré-fabricados com uma perfeição extraordinária. E também os lanços de escada eram inteiramente pré-fabricados, para a construção ser mais económica e mais rápida.

² Miguel Jacobetty, apresenta no *1º Congresso Nacional de Arquitectura* uma comunicação intitulada “Estudo de casas de renda económica”. Inserida no Tema II – O Problema Português da Habitação, a comunicação tem por base os projectos em construção na área compreendida pelas células 1 e 2 do Bairro de Alvalade, assim como, “em alguns aglomerados novos nas cidades do Porto, Braga, Guimarães e em Vila Nova de Famalicão, Matosinhos, etc”, e inteiramente financiados pelas HE. JACOBETTY, Miguel, “Estudo de casas de renda económica”. In: Ana Tostões (coord.) - *1º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008, pp. 267-286, ed. fac-similada.

MT: Esse era o princípio? Construir depressa e bem?

Esse aspecto que falou vai ao encontro de uma questão que dei conta no processo do Bairro do Ramalde no Porto. O processo está todo assinado pelo Fernando Távora até à peça desenhada numero tal e, a partir daí, é assinado por si, mas só com as carpintarias... o que me leva a questionar um facto que tem a ver com a passagem do projecto-tipo, para aquilo que se poderão chamar elementos funcionais tipo, e que serão susceptíveis de várias combinações dependendo da situação em que é utilizado. Acredito que nessa situação tenha acontecido isso mesmo.

Peças que foram desenhadas dentro dos serviços da Previdência [HE].

MT: E acontecia com regularidade?

Aconteceu sim, com outros... ou todos! Nós tínhamos o desejo da tipificação. São elementos de construção, espécie de pré-fabricados, reduzindo assim o custo. Acelerava-se consideravelmente o processo de construção...

MT: ...não fugindo, no entanto, à importância do projecto contextualizado, de acordo com as características do local, etc., mas que depois poderão existir estes elementos funcionais tipo, que ajudariam numa fase posterior, o que é relevante.

Eu há pouco, a propósito das escadas pré-fabricadas e das molduras dos vãos, esqueci-me de referir que a construção aqui em Alvalade estava dividida em várias empreitadas. Empreitadas de construção por quarteirão. Muitos elementos de construção, para serem de preço mais reduzido, eram englobados em encomendas muito mais vastas, que dessem para grande parte do bairro. Por exemplo, loiças sanitárias: não se fazia um concurso para as loiças sanitárias de cada quarteirão, era para o bairro todo, o que baixou significativamente o preço dos materiais. Isso também foi ideia do Eng^o Guimarães Lobato, garantindo assim a qualidade. Nem sempre o factor preço era o decisivo. Era o preço e a qualidade.

MT: Voltando às HE. É durante a construção de Alvalade que entra para o organism?

Sim, fui convidado. Não fui logo no primeiro ano, penso que no segundo. E tudo devido à experiência que estava a ter em Alvalade. Fui o primeiro arquitecto da Previdência [HE], pois até à data só trabalhavam engenheiros.

MT: A publicação de um decreto-lei de 1946³, que vai abrir a possibilidade de as “Federações de Instituições da Previdência Social”, realizarem obras sociais. Ou seja, construção de «Casas Económicas» e «Casas de Renda Económica». Digamos que estavam criadas as condições para a formação das HE.

Havia imenso dinheiro para investir, e o governo do Salazar aproveitou isso até para a construção de obras públicas, barragens, pontes, etc. Foi quando se criou o LNEC [Laboratório Nacional de Engenharia Civil] para apoiar as obras. Em 1942, acho eu.

Então resolveu-se criar um organismo com bastante capacidade para fazer bairros maiores, juntando o dinheiro das várias caixas, e por isso é que se ficou a chamar Federação das Caixas de Previdência [HE]⁴.

MT: E as Habitações Económicas?

Essa era uma das Federações. Depois existia a dos Serviços Médico-Sociais e a dos Serviços Mecanográficos. Sabe que, no estado corporativo, o sistema consistia em caixas de previdência, que depois se reuniam para responder a determinados objectivos específicos. A Previdência [HE] dependia do Ministério das Corporações, e havia ainda o sector das Casas Económicas, que funcionava na DGEMN [Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais].

MT: Mas voltando à lei de que lhe falei. As HE, acabaram praticamente por construir só «Casas de Renda Económica», deixando de lado esse outro regime das «Casas Económicas».

³ Decreto-lei n.º 35.611 de 25 de Abril de 1946.

⁴ As denominadas *federações de serviços*, criadas ao abrigo do Decreto-lei n.º 35.611, “visavam a realização de obras sociais ou actividades específicas das caixas interessadas”. As Habitações Económicas, com estatutos aprovados em Junho de 1946 (Diário do Governo, 15 jun. 1946, II Série, n.º 137, p. 3256), foi constituída por 31 Caixas (sindicais de previdência, de previdência, e de reforma), no contexto do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

A Federação de Caixas de Previdência [HE], tinha como objectivo construir «Casas de Renda Económica». No outro regime, dos anos trinta, o Estado só concebia o modelo das habitações unifamiliares, e de acesso à propriedade, como sabe, através de amortizações mensais. Construíram-se muitos bairros.

Não era bom criar grandes conjuntos... segundo o regime, claro. Ele queria o país dos pequenos proprietários, uma espécie de utopia.

Acho que a lei de [19]33 foi abandonada, porque se chegou à conclusão que era impossível fazer muitas habitações nesse regime, porque o consumo de terreno e os gastos com essas estruturas eram enormíssimos. Fazer colectores, abastecimentos, ruas, e tudo para essas casas... era muito caro. E tenho impressão que a Câmara Municipal de Lisboa teve alguma influência nisso.

MT: Então as HE constroem apenas «Casas de Renda Económica», porque...

...por isso mesmo. Se já se tinha chegado a esta conclusão, o melhor seria aproveitar o dinheiro em mais habitação. E depois houve uma acção reivindicativa por parte dos arquitectos no Congresso de [19]48: era preciso habitação em altura (como nós dizíamos).

MT: Ainda assim, com um máximo de 4 pisos! A Lei é clara e não permitia mais⁵.

No regime das «Casas Económicas», de 1933, nem sequer era permitida a altura. Isoladas ou geminadas e com dois pisos apenas. Depois foi construído Alvalade, onde se previa que uma parte fosse construção de «Casas Económicas», que se organizaram numa zona de cintura do bairro. Mas a construção predominante, eram casas em altura, já do tempo da Previdência [HE].

Aliás, quando foi criada a Previdência [HE] deixou de haver esse limite, e as construções do novo regime de «Casas de Renda Económica», aqui em Alvalade já contemplavam os quatro pisos. Finalmente acabou essa restrição. Isso tudo era por causa daquela frase do Salazar que todos nós conhecemos sobre a Casa portuguesa... *para uma família e tal, casa modesta e bem portuguesa!*

Eu defendia os grandes conjuntos.

⁵ Especifica a Lei n.º 2.007 de 7 de Maio de 1945, na Base I, ponto 5º: “Terem o máximo de rés-do-chão e três pisos (...)”.

E também estava ainda fresca na memória, nos anos trinta, a revolta dos operários em Viena. Que foi uma revolta muito forte e marcou muito a construção de casas económicas, de habitação popular.

José Manuel Fernandes (JMF): O tema do bairro de Karl Marx Hoff [em Viena].

Exactamente. Ouvia-se muito falar nisso, portanto era para evitar fenómenos desse género.

JMF: Colectivistas, evitar o colectivismo.

Os 4 pisos foram uma vitória. Não tinham necessidade de elevador. Uma tipologia mais urbana e controlada na sua escala, de modo a não ser conotada com os terríveis falatórios.

MT: Quem é o pai da Lei n.º 2007, das «Casas de Renda Económica», recorda-se?

A primeira sei eu quem foi (a de [19]33). Foi o meu tio Pedro que era Ministro das Corporações. E tinha como chefe a repartição desse serviço das Casas Económicas, o Dr. Pedro de Castro e Almeida. Agora a das «Casas de Renda Económica», não me lembro quem foi.

MT: Era uma lei indispensável. Há uma perspectiva pragmática que o Estado lança, e eu defendo que as HE se aproveitam disso.

Claro, pois pela primeira vez, podíamos, ainda que só com quatro pisos, trabalhar num registo idêntico ao Europeu. Foi difícil, porque Salazar via com maus olhos a questão do arrendamento⁶.

MT: Era uma nova ideologia? A das «Casas Económicas» tinha por trás uma forte ideologia.

⁶ Cf. específica em, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 206.

Sim, mas dessa ideologia, fazia parte a apologia da família. A família era um elemento estruturante da sociedade.

MT: Depois constrói-se em altura e muda-se essa ideologia?

São novos valores que estão a aparecer. Foi uma ruptura. Era preciso essa ruptura.

Estávamos no pós-guerra. E depois foi o Congresso [de 1948]: o conjunto dos arquitectos aproveita-se de novos valores que estão a surgir e que faz sentido serem experimentados. E a recusa do projecto tipo vem exactamente daí.

MT: Mas na reconstrução da Europa, fazia sentido o projecto tipo.

Portugal não sentiu a guerra dessa forma. Tinha um défice de habitação, mas era mais importante trabalhar perante o contexto, a especificidade do local, e fazer aquilo que se falou há pouco, sobre a tipificação de elementos construtivos.

MT: Mas havia um discurso político nestes projectos, ou não?

Sim, mas pela via da construção de edifícios plurifamiliares, em oposição às “aldeias” de «Casas Económicas» que não faziam mais sentido.

MT: Havia um modelo de actuação em fase de projecto? Assim uma espécie de manual de recomendações?

Mais do que haver uma regra, o aspecto mais importante era a relação das novas construções com as pré-existências, com o aglomerado, com a cidade. Não fazer unidades isoladas, não construir em zonas destacadas do aglomerado urbano ou existente. Tentar cozer, tentar integrar cada agrupamento das HE no contexto urbano existente. Isso para nós era muito importante. De maneira que íamos sempre visitar os locais com os presidentes das câmaras, conhecer os locais disponíveis.

Eles às vezes indicavam um terreno que se encontrava afastado, isolado... e nós dizíamos não! Isso não pode ser, temos de fazer uma construção integrada no

tecido já existente, para a cidade poder ser um contínuo, onde todos se pudessem mover, onde todos se pudessem encontrar. Isso foi um defeito terrível nesta última fase do PER [Programa Especial de Realojamento] , com as torres isoladas, o que é um desastre.

A câmara podia, e em muitos casos aconteceu, comprar os terrenos mais favoráveis. Quando não os tinha em condições, comprava-os. E estou a falar tanto de câmaras de província como de capitais de distrito.

MT: Nesta primeira fase de acção das HE, há um caso que me parece muito interessante, projectado por si, e que é o primeiro que foge aos projectos de Alvalade, que é o agrupamento para Braga de 1950. Para mim, constitui-se como um dos primeiros momentos charneira neste processo das HE. Este é um caso que trata a cidade como um contínuo. Há uma rua que se mantém fiel ao alinhamento urbano existente...

...foi feito o acompanhamento de uma avenida, que se construiu nessa altura [a actual avenida da liberdade], e depois há uma transversal...

MT: ... e é nessa transversal que os edifícios assumem uma outra relação com a rua. Não fecham o quarteirão e apresentam-se perpendiculares à via, e que hoje é outra avenida estruturante da cidade [avenida João XXI]. Porquê?

Eu penso que a preocupação principal foi a orientação. Depois houve outra razão de peso, que foi dar mais variedade ao desenho urbano. Não ser sempre aquela sucessão de blocos fechados, que é uma coisa que se torna monótona. A decisão foi romper com essa monotonia e introduzir ali uma implantação que fosse diferente e que caracterizasse melhor aquele sítio.

MT: Essas casas são fabulosas. Apesar de serem «Casas de Renda Económica», e de as podermos associar a baixos rendimentos, têm uma estrutura ao nível da organização do espaço doméstico, muito extensa. Uma estrutura complexa.

Sabe que adoptamos o princípio que as casas, quaisquer que fossem as posses da família, deviam satisfazer as necessidades básicas de uma habitação. Portanto,

tendiam a não ser muito diferentes. Interessava-nos a associação e agregação dos vários espaços.

Não haver aqueles espaços de representação, como a sala de visitas que não fazia sentido, pois interessava muito mais para as condicionantes de área que tínhamos, uma ligação ampla entre o espaço de cozinha e dos trabalhos domésticos com a de união da família, como a sala de estar. Para que todos pudessem estar em conjunto. Enquanto a dona da casa cozinhava o jantar, estava em contacto com os miúdos que estavam na sala... de um modo muito fluido e não forçado.

Apesar das diferenças de custos que se tinham de contemplar, o princípio essencial da organização do fogo devia ser comum.

MT: É interessante o que está a referir, pois há registo numa memória descritiva para umas habitações para a Soda Póvoa na Póvoa de St^a Iria, projecto seu, praticamente contemporâneo com o de Braga, em que se fala na importância de contemplar no mesmo edifício, duas categorias de habitação. Uma para os operários da fábrica e outra para os funcionários administrativos, cujos vencimentos seriam mais elevados.

O texto explora exactamente as diferenças que se teriam de contemplar ao nível da organização do espaço doméstico. Programas mais ou menos extensos, em função da categoria a que se destinavam. Na categoria mais alta, o programa seria mais extenso, com o quarto para a criada, a zona de serviços autónoma, e outras particularidades...⁷

...então aí ainda não se tinha estabelecido o princípio que falava há pouco?

MT: Tinha sim, pois quando fala nas tipologias destinadas aos operários da fábrica, haveria o princípio da sala comum, do espaço de serviço comum. Esse seria o espaço central de toda a organização doméstica, e tudo funcionava à volta dessa espécie de zona de serviço, muito compacta, com pormenores muito ricos, pela forma como são associados. Toda esta organização, difere bastante da estrutura mais linear da outra casa

⁷ Cf. memória descritiva: “*A distribuição dos espaços interiores foi estudada em função do programa, essencialmente diferente nos dois tipos. (...) enquanto nos tipos 3 a zona de estar faz corpo com a zona de serviço (as tarefas domésticas estão a cargo da dona da casa), no tipo 6 existe uma diferenciação bem marcada entre as zonas, devido à presença da criada*”. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico/IHRU, espólio de Nuno Teotónio Pereira, *Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa*, 1954 (ref^a PT NTP-DES 00010).

para os funcionários administrativos, onde já existe a criada, e a mulher deixa de ter o papel preponderante que tem na organização e gestão das tarefas domésticas.

Estamos em 1950 e acredito que se esteja a beber informação do que se passa na Europa. Os congressos da UIA [União Internacional de Arquitectos] já estavam a decorrer e já há registo de discussão destes princípios que falávamos.

JMF: Vocês viam as revistas, iam a Itália, tinham contactos...? Como é que funcionava essa influência? Como é que os modelos de habitação social foram surgindo, que influências internacionais houve?

Havia contacto com outros organismos. A INA-Casa⁸ em Itália era uma referência para nós, nos aspectos de organização. Depois houve a informação vinda de França e de Espanha. Tínhamos a consciência que era um problema comum.

Víamos as revistas que vinham de fora e havia os congressos da UIA, que tinha uma secção chamada de “Habitat”.

E, nessa altura, o delegado português da UIA era o Carlos Ramos, que eu conhecia já há muitos anos. Sabia que eu estava a trabalhar nas HE e indicou-me para colaborar com esses congressos e essa comissão de habitação.

Foi em 1961 que fui nomeado delegado português para o “comité du habitat” da UIA. E foram cerca de 6 anos, penso⁹.

JMF: Então quer dizer que esses congressos é que veiculavam, digamos, as tecnologias, as formas...

Havia o congresso da UIA em si, de todos os arquitectos, e, paralelamente, noutra sala, havia a Comissão do Habitat.

⁸ O INA-Casa (Istituto Nazionale de Assicurazione – casa), também conhecido por *Plano Fanfani*, iniciou-se em 1949, tendo como principal objetivo, combater o desemprego através da construção civil e solucionar a carência de habitação.

⁹ “(...) com reuniões em Belgrado, México, Havana, Helsínquia, Bucareste e Madrid”. PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um percurso na profissão”, Escritos (1947-1996, selecção), p. 157.

Nuno Portas (NP): Mais tarde foi a viagem que fizemos juntos a Itália, em que eu levava umas fichazinhas por causa dos bairros que tínhamos de ir ver. De facto, a viagem foi decisiva para o espírito do atelier. Foi em 1958 e visitámos para aí uns vinte ou trinta bairros em Itália.

Começámos pelo Norte e fomos até Roma, não foi? Depois voltámos para trás, para cá, no teu Volkswagen... primitivo.

MT: Ainda sobre esta questão das influências... Estamos no final dos anos 40, em fase de reconstrução na Europa, fala-se da *Carta de Atenas*, na Arquitectura Moderna brasileira, e sei que um tio seu lhe oferece o catálogo de uma exposição no MOMA, o *Brazil Builds*, editado em 1943 (e teve contacto com ele antes dos seus colegas)...

...isso foi muito importante, até porque não se vendia ainda em Portugal. Foi o meu tio que trouxe da África do Sul. Revelava muita informação não reconhecida por nós... aquelas obras modernas extraordinárias. Muitos nomes passaram a ser conhecidos, como o Niemeyer, Lúcio Costa,... E era inevitável não experimentar os pilotis, o betão aparente... mais os quebra-luz, que eu aplico depois no bloco das Águas Livres na galeria cá em baixo, até com uma orientação vertical. Foi importantíssimo. E teve grande impacto nas experiências das HE, e em toda a geração.

MT: Falando das experiências então: as HE tiveram duas grandes fases de acção. A das «Casas de Renda Económica» e a da Lei 2092, das «Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo», de 1958.

Mas a questão tem que ver ainda com esta primeira fase das «Casas de Renda Económica», e que se reflecte no facto de haver uma encomenda directa a arquitectos externos ao organismo. Também porque o organismo não tinha um quadro de arquitectos formado. Só mais tarde é que entra Braula Reis, penso que perto de 1958, mais ou menos, quando sai a outra lei. Este primeiro momento em que se faz a encomenda a arquitectos da sua esfera de relações.

Eu próprio também fiz alguns projectos, não na Rua da Alegria, mas ainda na Rodrigo da Fonseca.

Então eu defendi junto do presidente da Previdência [HE], que os arquitectos que trabalhavam no serviço deveriam ter a sua própria prática profissional e não serem simples burocratas. Podiam até ajudar os colegas que estavam a fazer projectos, com a sua experiência como projectistas. Defendi isso, e foi aceite. Daí que fiz alguns projectos no atelier, como outros fizeram também. Outros que vieram a ser funcionários da Previdência [HE], também acabaram por fazer projectos nos seus ateliers, sempre como profissionais liberais.

MT: Considero que a grande riqueza formal que se verifica em inúmeros projectos, parte exactamente do facto, destes serem encomendados a um grande número de arquitectos.

Exactamente. Esse era o nosso propósito. Juntar a não existência de um corpo técnico interno, ainda capaz de responder às solicitações, com a importância de difundir as experiências por arquitectos de todo o território nacional.

MT: É o único arquitecto durante quantos anos?

Cerca de 8, penso. Definia os programas, escolhia os terrenos e atribuía os projectos aos colegas distribuídos pelo país.

MT: E emitia os pareceres das obras?

Sim. Era tudo internamente nos serviços.

MT: Longe dos constrangimentos políticos?

Sim, claro. O organismo era autónomo. Eu é que definia tudo. O papel das Câmaras era fornecer os terrenos. Normalmente eram elas que se dirigiam à Previdência [HE]. E depois como não tinham técnicos, nós fazíamos o resto.

MT: E os processos dos concursos? Sei que foram lançados alguns (poucos) concursos.

Concursos de projectos houve pouquíssimos. Houve na Guarda, em Viana do Castelo...

MT: ...e Ramalde, aparece com uma primeira fase de concurso, antes de aparecer o nome do Távora, com duas propostas, curiosamente sem plano.

Disso já não me lembro! O nosso critério principal de atribuição de projectos não era o concurso. Era a escolha e encomenda directa a arquitectos, preferencialmente residindo no distrito e que tivessem possibilidade de introduzir qualquer coisa de novo. Procurávamos não concentrar nos arquitectos de Lisboa e distribuir um pouco por todo o país.

MT: Mas havia uma vantagem... porque o Nuno Teotónio faz o penúltimo ano do curso no Porto e tem uma relação com eles muito facilitada.

Eu tive uma relação com o Fernando Távora anterior ao congresso de [19]48, a propósito de um artigo que ele escreveu. “O problema da casa portuguesa”, em 1947¹⁰. Eu li esse artigo, não o conhecia pessoalmente e fiquei entusiasmado pela pertinência. Entrei em contacto com ele e fui até ao Porto para nos conhecermos. E lembro-me até de combinarmos, como não nos conhecíamos, num determinado sítio do Porto ao pé de uma igreja, a uma certa hora, cada um de nós aparecia com um jornal dobrado debaixo do braço. E lá nos encontramos os dois. Ficamos amigos, a colaborar, a trocar impressões.

MT: Sabe o que o Távora fala a propósito do projecto para o Ramalde? Que pegou no bairro de Alvalade, que era a grande experiência da altura, e fê-lo à moda do Porto, deu-lhe o toque à Porto.

Porque o registo da arquitectura do Porto era já na altura muito diferente da que se fazia em Lisboa, que era muito mais oficial.

MT: Havia uma espécie de imposição por parte do regime?

Estava a acabar essa altura. Essa imposição foi muito dura durante alguns anos. Nos anos em que a vitória do Hitler parecia eminente, houve aqui em Lisboa

¹⁰ TÁVORA, Fernando, *O problema da casa portuguesa*, Lisboa, Cadernos de Arquitectura 1, 1947.

uma exposição muito importante, *Moderna Architectura Alemã*¹¹. Eles chamavam-se modernos, mas não eram nada! Era apenas arquitectura alemã. E então, a partir daí as imposições foram bastante duras aqui em Lisboa, mas menos duras no Porto. O Porto estava mais longe do poder, dos Ministérios, e menos ainda nas colónias. Nas colónias quase que não chegou a existir. ... a primeira grande obra que inaugura esse ciclo aqui em Lisboa é a praça do Areeiro...

MT: ...do Cristino da Silva.

Do Cristino da Silva que tinha sido um pioneiro da arquitectura moderna em Portugal. E que vira a casaca... e passa a ser um defensor daquele desenho... com aquelas coberturas e fachadas do século XVIII. Houve vários que tiveram esse papel.

Depois Alvalade já tem pequenos bocados modernos. É no pós-guerra, o Hitler tinha sido derrotado, o Nazismo era uma coisa mal vista. Porque houve ali uma aliança muito curiosa, entre os velhos nacionalistas portugueses, como o Raul Lino e que se sentiam um bocado isolados, e fizeram uma aliança de tática com a arquitectura dos países de ditadura dessa época, que faziam uma arquitectura monumentalista, ultranacionalista. O principal foi a Alemanha, mas também havia outros países da esfera alemã, e a própria União Soviética, que propunham forma idênticas.

Havia críticas que acusavam a arquitectura moderna de ser internacionalista. E eu respondia dizendo, que a verdadeira arquitectura internacionalista não é esta, é a outra. Aquela que vocês dizem que é nacionalista, é que é internacionalista. É tudo muito parecido em Portugal, na Espanha, em França, na União Soviética, na Alemanha, etc...

MT: E a outra?

Quando diziam internacionalista era no sentido negativo. Às vezes até diziam comunista por fazerem tábua rasa dos chamados valores nacionais.

¹¹ Exposição de carácter itinerante, *Moderna Architectura Alemã*, foi organizada pelo Inspector Geral do Urbanismo de Berlim, arq. Albert Speer. Inaugurada a 8 de Novembro de 1941, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, Lisboa.

MT: Apesar de tudo, o Nuno Teotónio nunca tem uma visão perante a arquitectura, tendendo para aquela ortodoxia moderna. Nunca tem essa tendência. Acaba sempre por fazer uma revisão desses mesmos conceitos e adaptá-los aos seus princípios pessoais e princípios do que são os valores das pessoas, do local...

Isso é verdade. Sempre defendi o projecto de dentro para fora. Ou seja, uma revisão do programa em primeiro lugar, seguindo-se a linguagem.

MT: É aqui que entra a responsabilidade social?

Claro, também... o utente em primeiro lugar. Trabalhar para o seu bem-estar, proporcionando melhores condições de espaço e de uso.

JMF: O Nuno, quando era estudante, mais o Costa Martins, organizaram a apresentação, tradução e publicação da *Carta de Atenas* na revista *Técnica*¹² (dos estudantes do Instituto Superior Técnico). À medida que foram entrando nestes projectos de habitação social, como é que fizeram esta, digamos, adaptação cultural, com condições mais locais, como é que se foram distanciando da rigidez e da ortodoxia da *Carta de Atenas*. Foi uma coisa gradual, experimentaram situações diversas?

Foi bastante espontâneo, acho eu. Eu nunca fui uma pessoa de teorias, mas havia coisas a que eu dava bastante importância, como os aspectos funcionais no interior da casa, as relações entre os vários espaços, etc., a isso dava uma grande importância. E também outro aspecto, o da presença da cidade, a ligação à envolvente.

MT: A modernidade entra em Portugal por via das HE? Provavelmente por questões circunstanciais.

Acredito que ajudou muito, pois grande parte dos arquitectos estava a trabalhar para a Previdência [HE]. Seja internamente numa fase posterior, seja por todas

¹² Nuno Teotónio Pereira inicia a colaboração com a *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do I.S.T.* em 1943. Em Maio de 1944 (a partir do n.º 147), publica a tradução de *A Carta de Atenas*, em colaboração com o colega Costa Martins.

essas encomendas que refere a arquitectos externos ao organismo. Apesar de haver normas de regulamentação base, que nós estipulávamos, mas que tinham a ver com índices, áreas e possíveis modelos de organização, como já referimos... tudo o resto era projecto proposto pelos próprios, e que era muito bem vindo e apreciado.

JMF: Foi um trabalho estruturante, ao nível nacional mesmo, organizador, distribuidor de trabalho e de projecto e que vai modernizando, vai inovando os modelos... estou a dizer bem?

Sim, sim.

JMF: Isso é realmente um legado essencial, quer dizer, é o que explica a passagem daquele período, digamos, “pré-histórico” dos bairros sociais salazaristas da casa isolada, para um processo de abertura a novas tipologias.

NP: Em que se experimentou muita coisa.

A experimentação é uma coisa fabulosa. Mas também há projectos paralelos.

MT: Estava precisamente a lembrar-me do Bloco das Águas Livres... será o seu projecto mais moderno?

No sentido do que se fazia lá fora, e das semelhanças programáticas, por exemplo, com uma unidade de habitação?

Nunca fui um radical.

MT: Mesmo o bloco das Águas, é um esquerdo/direito. Tem as galerias, mas não é da galeria que se entra. A galeria é de serviço apenas.

A galeria ali foi por uma obrigação regulamentar. Era obrigatório haver um percurso de serviço. Para os padeiros, o leiteiro,... teriam obrigatoriamente uma entrada separada. Uma questão programática.

MT: Mas agora não estamos a falar de um escalão baixo.

Não, era para gente rica. Daí a diferenciação dos percursos.

MT: A propósito do bloco das Águas Livres, lembro-me da importância que teve a intervenção de artistas plásticos nas obras de arquitectura. Nos Olivais isso é bem visível.

Isso era uma disposição da câmara de Lisboa, que não tinha a ver com habitação social. Mas nós conseguimos aplicar nos Olivais. Porque se isso era válido para a cidade, não poderíamos abrir excepções e aqui também tínhamos de ter. E então exploramos bastante esse aspecto¹³.

MT: Isso é importante para as pessoas que lá estão, ou não?

Acho que é bastante. Porque dá uma certa identificação ao edifício. Não se sente a distinção de classes, nem há discriminação.

MT: As bandas dos Olivais Norte, que são suas e do Pinto de Freitas, que têm aqueles dispositivos exteriores com as arrecadações, um banco e uma pala, introduzem seis artistas plásticos com quatro variantes cada.

Li na memória descritiva, que para o edifício ser económico, e o terreno não permitir construir caves para as arrecadações, foi necessário recorrer aos dispositivos exteriores, um para cada edifício.

Aquele alpendrado era para constituir aquilo que seria a entrada do edifício, o hall de entrada do edifício. Ficava directamente relacionado com ela.

Verifiquei isso no projecto de Braga e fiquei chateado. Abre-se a porta da rua e logo ali à frente está a escada, e não há espaço com uns bancos para as pessoas se encontrarem, os vizinhos conversarem uns com os outros, etc. Era o que eu queria que acontecesse, esse espaço de convívio ali junto à porta de entrada. E por isso é que, como não podia empurrar a escada, fiz ali nos Olivais essa espécie

¹³ A propósito, ver: *Intervenção de Artistas Plásticos na obra do Atelier de Nuno Teotónio Pereira* (catálogo exposição), Beja, Museu Jorge Vieira, 2004.

de satélite destacado do edifício, com essas duas funções. A arrecadação e o ponto de encontro e convívio. E com a arte.

MT: Mas já as torres, com o Nuno Portas, têm o espaço de hall em cada andar, com o banco e também a arte, que vai alterando consoante o piso.

A arquitectura mudava o comportamento das pessoas? Tinha esse princípio, esse poder?

Isso é complicado... dávamos-lhes a possibilidade disso. Proporcionar melhores condições de usos...

MT: ...como a sociabilização?

A propósito desses satélites dos Olivais que falávamos, há uma proposta da vossa parte, para que as pessoas se sentem ali a conversar. Não sei se os usam conforme as vossas intenções, mas pelo menos sei que usam regularmente as arrecadações. É uma questão funcional.

JMF: Por exemplo, o tema das galerias colectivas de acesso aos andares. Esse tema já existia nessa altura?

Pois, isso foi moda durante uma certa época, no sentido de os vizinhos se darem uns com os outros, de as crianças brincarem juntas, das donas de casa conversarem. Havia muito nessa época essa preocupação, e agora ninguém faz isso.

Era um tema muito fascinante, porque tenho-o em vários projectos do atelier... era fascinante porque, em termos de realojamento, permitia que as pessoas que iam habitar os novos prédios mantivessem as suas relações de amizade, de entreajuda, etc... e continuassem a ser vizinhos uns dos outros.

E até que o Nuno Portas organizou um colóquio, no Sindicato dos Arquitectos, para o qual convidou o Chombart de Lauwe¹⁴.

¹⁴ Colóquio no Sindicato Nacional dos Arquitectos sobre os aspectos sociais na concepção do habitat, 14 de Fevereiro de 1960. A propósito, ver: PEREIRA, Nuno Teotónio, “Aspectos sociais na concepção do habitat”, *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 34-39.

NP: O Chombart de Lauwe. O único sociólogo que se tinha atrevido a fazer um estudo, com inquérito, na própria unidade de Marselha do Corbusier. Um estudo pioneiro, que uns anos mais tarde retomámos no LNEC.

O Chombart de Lauwe fez a conferência principal, e uma das coisas que disse foi: *atenção que as casas que se estão a fazer de habitação social, são para um determinado tipo de pessoas, que têm os seus hábitos, os seus costumes, mas é preciso pensar que esses edifícios vão continuar a servir gerações futuras. E essas gerações futuras, seguramente terão hábitos diferentes, sobretudo hábitos de convívio.* E de facto foi isso que se verificou. Nos Olivais Sul, é impressionante, que em prédios, de alguns projectos meus, as galerias estão todas entaipadas com tábuas, algumas até com fechaduras e tudo.

Limitam o espaço e querem a sua privacidade, de maneira que as galerias não sejam públicas, não sejam acessíveis, e talvez também por questões de segurança, não sei... mas já não são usadas para isso.

MT: Recorda-se de um projecto que fez para uma unidade de habitação cooperativa para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), que depois deu origem a uma casa protótipo construída no âmbito da Exposição sobre o Cooperativismo Habitacional no Mundo, na Sociedade Nacional de Belas-Artes?¹⁵

Sim, sim, muito bem.

MT: O projecto tinha uma galeria extensa, que no fundo era assim uma espécie de primeiro momento de entrada no edifício e só depois a partir dali, é que cada morador tinha acesso ao seu espaço.

Depois para assegurar a privacidade no interior das casas, construíamos sempre um desnível com dois ou três degraus.

¹⁵ A propósito, ver: TAVARES, Maria, “*Casa Protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura*”, <http://resdomus.blogspot.com/2010/02/casa-prototipo-afirmacao-de-um-caminho.html>.

MT: Depois o espaço lá dentro muito aberto, mais uma vez o espaço central comum, com a cozinha aberta à sala. Ainda ontem estivemos curiosamente a ler os inquéritos que os visitantes preenchiam no final da visita.

A galeria aí tinha mesmo função de galeria... de distribuição.

E depois tinha um murete não era?

MT: Sim, e com um conceito diferente do que propõe para o Bloco das Águas, apesar dos projectos serem praticamente contemporâneos.

Mas nas Águas Livres, a galeria era só de serviço, pois os moradores tinham acesso pelos elevadores no sistema esquerdo/direito.

MT: Mas retomando o fio das HE. Fale-nos da expansão da equipa.

Há realmente uma fase de grande expansão da equipa, pois o trabalho foi-se avolumando e foi necessário indicar o nome de um colega para dirigir o sector de estudos e projectos. E é aí que entra o João Braula Reis. Um grande dinamizador, que tinha como objectivo trabalhar longe de uma estrutura burocrática, assemelhando-se ao que seria um grande atelier de projecto. Ficou o Braula [Reis], o Bartolomeu [Costa Cabral] e o Vasco Croft como primeiro grupo de arquitectos dos serviços.

MT: E é aí que o Nuno Teotónio passa a consultor?

Exactamente. Passando a trabalhar em *part-time*. Porque antes estava o dia todo ao serviço da Previdência [HE]. Eu chegava ao atelier às seis horas da tarde. Trabalhava depois à noite, aos serões, aos sábados, aos domingos.

Depois do Braula entrar, ia todas as tardes à Previdência [HE] e tinha de seleccionar os assuntos. Não podia ter conhecimento de tudo, principalmente numa fase mais tardia, em que o sistema já estava a funcionar bem.

MT: E os Boletins Técnicos? São dessa altura?

Sim. Dos anos de 1960. Foi um trabalho exemplar. Dentro do Sector de Estudos e Projectos, havia mesmo uma secção responsável pelo Boletins.

MT: Mas eram de publicação restrita?

Circulavam entre nós. Uma espécie de actualização constante da matéria sobre estudos sectoriais de urbanização, materiais... e até mesmo sobre as experiências congéneres. Reflexões importantes que íamos fazendo.

E depois veio o Plano Intercalar de Fomento, lá para meados da década¹⁶ ...

Foi pela primeira vez contemplada a habitação e o urbanismo nestes instrumentos de planificação. Fui eu e o Braula [Reis] que fizemos.

Eu dediquei-me muito a isso e lembro-me até que passei noites em claro, lá na Federação, a trabalhar, a escrever, etc., arranjei colegas para tentarem tratar de certos problemas específicos, como o Raul da Silva Pereira que tratava com a Federação dos aspectos demográficos, a evolução da população, e evolução das necessidades,....

MT: E foi também nessa altura que se criou a delegação no Porto?

Sim, também nos anos de 1960. Criou-se a delegação Norte... nós já não tínhamos capacidade para cobrir o país todo. E entra o [Alcino] Soutinho como arquitecto responsável pela zona Norte.

MT: E qual era o raio de acção deles, lembra-se?

Douro, Minho, Trás-os-Montes, Beiras, ...

A delegação Norte tinha a responsabilidade de resolver muita coisa sozinha. Eles eram muito desenvoltos, tinham muita iniciativa e portanto nem sempre acompanhei bem os trabalhos que fizeram.

MT: Passava agora a uma segunda fase da acção da Previdência [HE], que é quando, em 1958, surge a Lei n.º 2092, a Lei das «Casas Construídas ou Adquiridas Através de

¹⁶ *Plano Intercalar de Fomento, 1965-67.*

Empréstimo», onde, resumidamente, se abre a possibilidade de empréstimo não só a individuais, mas também a Empresas Fabris e a sócios efectivos das Casas do Povo.

Portugal fica completamente coberta com habitação projectada e financiada pela Previdência, iniciando-se o projecto da Rede de Arquitectos Regionais. Cobriu-se o país com nove regiões e os arquitectos trabalhavam nos seus ateliers, com uma avença com a Previdência [HE]. Descentraliza-se agora ainda mais, o processo de projecto por todo o país, enriquecendo a arquitectura. A ligação à obra era permanente, ao contrário das outras experiências.

MT: E a questão da participação das populações? Numa primeira fase projecta-se para uma determinada família tipo, mas nesta segunda fase da acção, principalmente nas Casas do Povo, já existe uma relação mais directa com a população.

Havia reuniões prévias com os moradores. Os Arquitectos Regionais é que tratavam disso tudo. Surgiam várias soluções para a mesma situação.

Introduz-se aqui, pela primeira vez a questão da participação do utente no acto do projecto e obra.

Esses projectos para as Casas do Povo, tinham de ter alguém responsável, uma espécie de porta-voz, que reunia os interesses de todos. As reuniões eram muito participativas.

MT: As nove zonas eram, Porto, Trás-os-Montes, Coimbra, Covilhã, Lisboa, Santarém, Elvas, Faro e Funchal.

Há casos exemplares, e muitos não construídos!

O Arnaldo Araújo na zona Norte, Trás-os-Montes, tinha uma postura muito dinâmica ao que parece, mas muitas das propostas ficaram em papel, sendo depois substituídas por outras.

O Arnaldo Araújo era muito jovem e muito dinâmico. Juntamente com o Filgueiras, estavam responsáveis pela zona de Trás-os-Montes e tinham um dinamismo enorme... muitas ideias, muitas propostas de âmbito mais geral, metodológico... e portanto foi nesse quadro que foram desenvolvidos muitos projectos.

Agora sinceramente já não me recordo porque alguns não foram construídos. Se foi por falta de dinheiro?... não deve ter sido, pois se há um projecto posterior!

MT: Tem ideia dos bairros do Vítor Figueiredo?

Lembro-me muito bem do de Peniche, com umas galerias corridas por dentro. O Vítor Figueiredo era muito participativo. Defendia a inserção deste tipo de habitação no tecido urbano, pequenos núcleos pela cidade.

Mas trabalhou muito em zonas rurais também. Construiu aldeias de raiz, Stº Estêvão por exemplo... para uma Casa do Povo.

Vítor Figueiredo trabalhava num registo um pouco diferente. Cada espaço tinha a sua função, por mais pequeno que fosse.

MT: Mas com uma porta em cada canto, para que o espaço se tornasse fluído, e os percursos serem contínuos.

Ele era muito interessante.

MT: Ele fez escola no Porto?

Sim, e veio um ano para Lisboa. Contava que o mestre Carlos Ramos nunca lhe tinha perdoado essa vinda.

Ele era muito dinâmico, e lembro-me de falar muito da arquitectura brasileira.

MT: Trabalhou no seu atelier?

Sim. Já com o Nuno Portas. Foi numa altura de trabalho muito intenso.

Até porque o Nuno trouxe um grande dinamismo ao atelier... andava sempre actualizado.

E depois surgem os projectos para os Olivais, mas isso já é Câmara Municipal de Lisboa, através do GTH [Gabinete Técnico da Habitação].

MT: Mas a Previdência [HE] tem um papel muito importante?

Sim, claro. Financiou e construiu muitos projectos. Uma grande maioria.

JMF: Mas os Olivais... há os Olivais Norte, que é o núcleo mais pequeno e que é anterior aos Olivais Sul, sendo este um plano muito maior, enfim... tem a dimensão de Alvalade sensivelmente. Os Olivais Norte foram importantes, foram considerados como um pivot, foi uma experiência urbano-arquitectónica inovadora...?

MT: Mas o Nuno Teotónio realizou alguns projectos que foram financiados pelas HE?

Sim, mas no atelier. Muito embora o processo de encomenda fosse diferente. O GTH fazia a coordenação geral, e depois, a partir do plano de pormenor, entregava os lotes a várias entidades, que financiavam a construção. A Previdência [HE] era talvez a maior entidade... escolhendo depois os arquitectos. Mas tudo coordenado com o GTH.

MT: Em termos de projecto tinha algumas implicações ser para um plano conjunto com outros autores?

Não, nenhuma. Pois as preocupações eram as mesmas. O que interessava era a categoria que lhe estava associada. E trabalhávamos dentro dessa imposição, de áreas e custos. Eram «Casas de Renda Económica» na mesma.

MT: Como é que isto tudo acabou?

Há um período em que já se pressentia que a Federação ia acabar, no final dos anos 60, com o Colóquio sobre Política da Habitação¹⁷.

Criou-se o Fundo de Fomento de Habitação em 1969, com uma estrutura muito burocrática, que incluía as várias actividades, e a Federação acabou.

Acho que foi uma perda muito grande, pois passou-se a uma uniformidade. O facto de haver várias entidades a trabalhar no mesmo campo, assegurava uma diversidade muito importante no âmbito da habitação.

¹⁷ Colóquio sobre Política da Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 30 de Junho a 5 de Julho, 1969.

Ficaram os quadros técnicos e transformou-se num outro serviço, perdendo-se muita da experiência que se tinha acumulado. Internamente, penso que chegamos a ter cerca de 20 arquitectos, o que é notável.

MT: Quantos anos na Previdência [HE]?

22... uma riquíssima experiência!